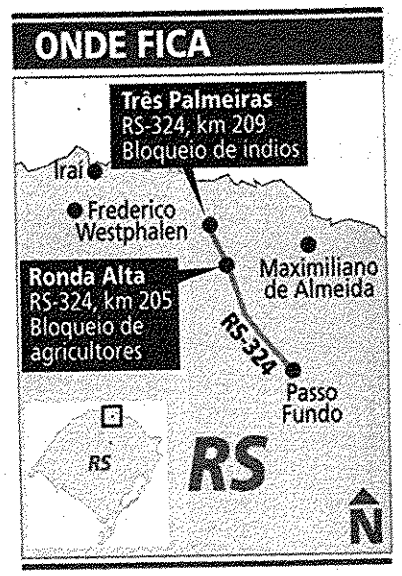
LUX JORNAL
Zero Hora – Porto Alegre - RS
Publicado: 06 10 99 Pág.: 99

RODRIGO FERRÃO – ESPECIAL/ZH

Protesto: agricultores e caingangues negam ter feito ação conjunta



Colonos e índios fecham RS-324

Agricultores e caingangues reivindicam a demarcação de terras no norte do Estado.

Eles bloquearam ontem a RS-324 entre os municípios de Ronda Alta e Três Palmeiras.

Instalados no km 209, cerca de 50 caingangues reivindicam a desapropriação de 11,9 mil hectares na Terra Indígena de Serrinha, habitada por agricultores há quase meio século. Perto dali, no km 205, dezenas de colonos protestam contra os governos estadual e federal pela demora do assentamento e do pagamento de indenizações por benfeitorias às 1,2 mil famílias que vivem no local.

Os dois grupos de manifestantes fecharam a rodovia às 9h. No bloqueio dos agricultores, 10 caminhões, tratores e máquinas agrícolas impediram a passagem de veículos. Os índios usaram madeira e pedras para impedir a circulação. Mesmo portando faixas iguais – com os dizeres "Fomos enganados, queremos nossos direitos, terras e moradias fixas" – e estando separados por apenas quatro quilômetros, colonos e líderes indígenas querem fazer crer que o ato de protesto não é uma ação conjunta.

– Não estamos juntos e sofremos ameaças dos índios. Se não sairmos de Serrinha, eles querem fazer a retirada ao modo deles. Não temos para onde ir – diz o agricultor Alfredo Jacobs.

Na década de 50, o Estado deu títulos para agricultores

Segundo um dos líderes indígenas, conhecido como Vanderley, hoje o grupo deve começar por conta própria a demarcar a área.

– Fizemos de tudo para resolver o problema de forma pacífica. A partir de agora, arriscaremos até nossas vidas – ameaçou.

A área de Serrinha compreende parte dos municípios de Três Palmeiras, Ronda Alta, Engenho Velho e Constantina. Na década de 50, o Estado deu título das terras indígenas para os agricultores. A Constituição de 1988, entretanto, determinou que até 1993 todas as áreas ocupadas irregularmente fossem devolvidas aos índios. Como isso não ocorreu, os caingangues se mobilizaram. Uma ação movida pelo Ministério Público Federal contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), para obrigar a demarcação da área, tramita na Justiça. **(Lisiane Gonçalves Dias)**

Ministro da Agricultura desautoriza vistorias

O ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, desautorizou ontem a retomada das vistorias sobre a lotação pecuária em fazendas gaúchas, suspensas desde 25 de agosto.

Pratini de Moraes disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não deve recomeçar as inspeções sem a definição dos novos critérios de lotação pecuária.

Na segunda-feira passada, o superintendente do Incra no Estado, Paulo Emilio Barbosa, anunciou a retomada das vistorias de lotação pecuária até o dia 20, começando por três propriedades da Campanha. Barbosa argumentou que a suspensão das inspeções, por 30 dias, havia terminado em 25 de setembro. O superintendente disse que aplicaria os índices atuais, mesmo para efeitos de desapropriação, caso alguma propriedade fosse considerada improdutiva.

Ontem, a assessoria do Ministério da Agricultura avisou que as vistorias não podem ser retomadas sem a definição dos novos índices. O ministro Pratini de Moraes afirmou que tem um acordo a cumprir com os produtores rurais e não mudaria "uma vírgula" do combinado.

Em 25 de agosto, os ministérios da Agricultura e de Política Fundiária suspenderam as vistorias por 30 dias. Também decidiram revisar os critérios para medir a quantidade ideal de bois nos campos. As medidas tinham o objetivo de acalmar os produtores, que ameaçavam a Expointer 99. Eles estavam revoltados com a invasão da Fazenda Capivara, em Hulha Negra, e com os critérios das vistorias.

Jungmann tomou decisão de recomeçar inspeções

A decisão de recomeçar as inspeções foi do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. Ele entendeu que a trégua de 30 dias acabara. O Ministério da Agricultura tem outra interpretação: as inspeções só se reiniciam com os novos índices. Uma comissão interministerial deve aprontar os novos critérios no próximo dia 27. Atualmente, o Incra exige a densidade de 0,80 animal por hectare na Campanha. Os pecuaristas querem a equivalência de um boi para cada dois hectares.

O superintendente Paulo Emilio Barbosa não foi localizado, ontem à noite, para se manifestar sobre a controvérsia. O presidente da Federação da Agricultura no Estado (Farsul), Carlos Sperotto, foi a Brasília tratar do assunto. Sperotto disse que o Incra não entendeu o momento de turbulência ao anunciar vistorias sem os novos índices.